

MUSEUS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Claudia Inês Parellada¹

INTRODUÇÃO: CONCEITOS E MEMÓRIA

A preservação de determinados sítios e objetos arqueológicos e históricos bem como o estudo detalhado de somente alguns deles nos leva a rever a noção de patrimônio histórico e arqueológico. Pois, como escreve Arantes (1984): a preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e em termos atuais.

Afinal, as discussões sobre em que se constitui o patrimônio histórico e o que pode, com amparo legal, e deve ser protegido, infelizmente, ainda estão distanciadas da maior parte da população brasileira. Os laços de continuidade com o passado são dificilmente percebidos pelas diversas comunidades onde os sítios arqueológicos e históricos estão inseridos, sendo que muitas vezes acabam se associando com o exótico e o sobrenatural.

A durabilidade de alguns objetos, que ultrapassam o tempo de vida de quem os produziu e dos usuários originais, já tornam esses materiais expressões convincentes do passado, porém esses artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações, e no presente é que são classificados, segundo categorias variáveis de acordo com a formação teórica e os métodos utilizados pelos pesquisadores que analisam esses objetos. Desta forma, conforme discussões em Meneses (1998), as coleções privadas que se deslocam para espaços públicos, como os museus, são representações de trajetórias pessoais, onde os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade.

Assim, buscando uma maior aproximação dos acervos museológicos com os diferentes grupos sociais nos quais estas instituições podem e devem dialogar, tentou-se um aumento da sensibilização do público visitante através de estratégias que enquadrassem estes documentos como

parte de uma herança coletiva, que precisa ser melhor compreendida para ser protegida.

O patrimônio histórico, segundo Paoli (1992), deveria definir as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservados porque são coletivamente significativas em sua diversidade. Ainda aquela autora afirma que, ao contrário, este patrimônio parece uma imagem congelada do passado, paralisado em museus cheios de objetos que atestam que há uma herança coletiva, cuja função social parece suspeita.

As trajetórias da construção do patrimônio do Brasil, os diferentes olhares ao longo do tempo e os instrumentos de proteção, especialmente no Paraná, podem ser observados em Kersten (2000), e uma síntese sobre a conceituação de patrimônio em contexto mundial e as políticas patrimoniais no Brasil em Funari & Pelegrini (2006).

Muitos objetos históricos e arqueológicos, no Paraná e mesmo no Brasil, são relacionados no senso comum como “velharias”, quem poderia esquecer das antigas máquinas de escrever que foram rapidamente substituídas pelos computadores no final do século XXI, e agora agonizam em almoxarifados ou repousam em reservas técnicas e exposições de museus e instituições congêneres.

Alguns objetos tornam-se exóticos e podem ser transformados em peças mais “úteis”, ou seja, que tenham algum significado dentro do sistema simbólico das pessoas que os encontraram. Assim, uma lâmina de machado polida pode “tornar-se mais interessante” virando um boneco de brinquedo ou um peso para papel, uma ponta de flecha ou uma moeda antiga “tem alguma utilidade” como pingente, um vasilhame cerâmico arqueológico Tupiguarani pode aparecer como vaso de plantas ornamentais, e uma máquina de costura do início do século XXI vira fetiche decorativo na sala de estar.

Neste trabalho apontam-se estratégias para o aumento da proteção do patrimônio histórico e arqueológico, principalmente a partir da conscientização da comunidade envolvida, que está sendo motivada a perceber

¹ Doutora em Arqueologia pela USP, pesquisadora do Museu Paranaense/ Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, trabalha com patrimônio, arqueologia e arte indígena. E-mail: parelladaclau@ig.com.br

o valor do vestígio arqueológico e histórico como memória coletiva, principalmente através da criação de novos museus e da revitalização dos mais antigos. Afinal, como Chauí (1992) ressalta, *Mnemosyne* é Memória, a deusa grega que impede o esquecimento, que está ao lado da luz, da vidência inspirada, da antevisão do futuro pela compreensão profunda do sentido do passado.

Esta proposta de colaboração no gerenciamento do patrimônio foi montada a partir de diferentes situações na trajetória vivida através de projetos desenvolvidos pelo Departamento de Arqueologia do Museu Paranaense, entre 1984 e 2009, como o da pesquisa junto às ruínas de Villa Rica del Espiritu Santo, cidade colonial espanhola do século XVI, que atualmente se insere no Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, município paranaense de Fênix (Parellada 1993, 1995, 1997, 2006).

Os cidadãos de Fênix, município que possui um sítio arqueológico tão significativo para a compreensão da história colonial do território paranaense, só em 1990 com a criação de um museu regional e a implantação de uma série de ações de educação patrimonial, é que houve maior retorno para a comunidade das inúmeras pesquisas ali realizadas.

Observou-se em entrevistas com os cidadãos de Fênix, é que eles, de uma forma geral, acreditavam que os "forasteiros", que podiam ser arqueólogos acadêmicos ou amadores, e mesmo caçadores de tesouros, vinham expoliá-los de riquezas materiais. Suspeitava-se até que fossem retirados "tesouros fantásticos", como sinos e potes de ouro.

A causa disso, além das lendas enraizadas em nossa cultura, está nos próprios pesquisadores, que muitas vezes pelo excesso de trabalho terminam esquecendo que o principal objetivo do estudo arqueológico e histórico é o da maior compreensão do passado. Mas para quem? Em muitas situações os dados obtidos se restringiam a apenas um círculo acadêmico. Na verdade, termina por ser esquecido um dos personagens centrais das pesquisas: a comunidade na qual o sítio arqueológico e histórico estava inserido. Assim, além de pesquisas sistemáticas e a divulgação para os meios científicos, devem ser realizadas atividades educativas em relação ao

**II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS:
Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.**

patrimônio histórico e arqueológico estudado para o maior público possível, conforme preconiza a atual legislação brasileira.

O patrimônio arqueológico foi incluído na Constituição Federal Brasileira, de 1988, como parte do patrimônio cultural nacional e no artigo 20, inciso X, os sítios arqueológicos foram declarados bens da União. Para realizar pesquisas arqueológicas no Brasil é preciso observar a legislação vigente, como a lei 3924 de 1961, que dispõe sobre os locais pré-históricos e históricos, e a resolução 1 de 1986 do Conselho Nacional de Meio-Ambiente (CONAMA), que prevê estudos arqueológicos em áreas de construção de grandes obras, para diminuir os impactos neste acervo. A portaria número 7 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de dezembro de 1988, define os critérios para permissões de pesquisas arqueológicas e temas relacionados, aprofundados em 2002 com a portaria 230 do mesmo órgão. Uma mudança na 230 tornou essencial a execução de programas de educação patrimonial associados às pesquisas. Com isso, os arqueólogos passaram a ter responsabilidades que incluem não somente a produção de informações científicas, mas também de envolver a comunidade na gestão do patrimônio.

Com pouco acesso a dados sobre o patrimônio histórico e natural da região que vive ou visita, a população não consegue encontrar motivos para preservá-los e protegê-los. Afinal, como Durham (in Arantes, 1984) observa:

Retomando a noção de cultura como ação significativa que depende da manutenção de um instrumental simbólico, podemos tentar aplicá-la à noção de patrimônio cultural. Nessa perspectiva, devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade.

Cunha (1992) nesse sentido destaca que o confronto e o debate de idéias constituem o melhor caminho para tentar cultivar a esperança de uma sociedade em que o "moderno" não negue o passado, e o exercício da cidadania baseie-se em uma memória capaz de afirmar a diversidade e o conflito como dimensões constitutivas da história.

A memória é um fato biológico, anatômico, fisiológico, por isso somos todos memoriosos e memorialistas (Chauí, 1992); mas deve ser

lembrado que a memória, numa sociedade que exclui, domina, oprime, oculta os conflitos e as diferenças sob ideologias da identidade, é um valor, um direito a conquistar. Aquela autora também comenta que a memória, seja como história da sociedade, seja como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres, tem o papel de nos liberar do passado como fantasmas, fardo, assombrações e repetição.

ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Neste estudo o patrimônio histórico também é analisado sob a ótica da arqueologia, ciência que busca o resgate e a interpretação do passado através de vestígios da cultura material, de parte do registro de atividades cotidianas, como de iluminação, aquecimento e sepultamento, de pinturas e gravuras em abrigos, cavernas e afloramentos, além de traços de casas, aldeias e cidades dos mais diversos povos.

O patrimônio arqueológico é a parte do patrimônio material no qual os métodos arqueológicos fornecem dados primários. Compreende todos os vestígios da existência humana e consiste de locais relacionados a todas as manifestações de atividade humana, estruturas abandonadas e vestígios de todos os tipos, incluindo sítios subterrâneos e subaquáticos, junto com todo o material cultural associado com eles. (tradução de ICOMOS 1990).

O estudo do conjunto de evidências dos antigos povos, em meio a paisagem, os sítios arqueológicos, possibilita compreender como eles viviam, que tipo de alimentos preferiam e as formas que sepultavam os mortos, entre muitas outras atividades. Aqui foram utilizados os enfoques da arqueologia pós-processual, onde o interesse pela estrutura, mente e significado leva a uma maior preocupação pela presença da atualidade no passado (Hodder, 1988). Afinal, as leituras informam e contribuem para o presente através de uma valoração crítica do passado. Preucel & Hodder (1996) observam que a arqueologia não é o estudo do objeto mas de processos de debate surgidos com a evidência material; sendo que esses processos são de fazer e comunicar diferentes perspectivas.

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

A arqueologia paranaense pode ser dividida em pré-colonial e histórica, sendo que os sítios históricos seriam ruínas e vestígios da cultura material relacionados à ocupação européia e luso-brasileira, dos séculos XVI a XX, no território atualmente compreendido pelo Paraná. Os diversos sítios arqueológicos com características semelhantes, para serem mais facilmente compreendidos, foram classificados em tradições, porém esse termo não é adotado por todos os arqueólogos brasileiros, mas pode ser considerado como o mais utilizado em discussões regionais.

No Paraná há tradições relacionadas a povos caçadores-coletores, denominadas Paleoíndios, Umbu e Humaitá; à coleta litorânea, representadas pelos sambaquis; e a agricultores e ceramistas, como a Itararé-Taquara e a Tupiguarani. Para as pinturas e gravuras rupestres, tem-se as tradições Planalto e Geométrica, porque muitas vezes somente a arte rupestre pode ser identificada e os vestígios materiais correlacionados aos povos que fizeram as pinturas e/ ou gravuras ainda não puderam ser caracterizados.

Um vasilhame cerâmico Neobrasileiro, do século XIX, é um objeto histórico ou arqueológico quando é recebido por doação em um museu público brasileiro? Bem, depende de quem fará a análise depois da incorporação do objeto no acervo, de qualquer forma é importante salientar que ele pertencerá a instituição como um todo, podendo colaborar para a compreensão tanto da arqueologia, da etnologia ou da história da região. O que realmente importa é a discussão científica, bem como a consequente divulgação e comunicação, originada pela chegada de um novo objeto ou de coleções, tanto de cultura material, documentos impressos e/ ou imagéticos, ou de registro de patrimônio imaterial.

MUSEU PARANAENSE: A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DA HISTÓRIA DO PARANÁ

O Museu Paranaense, inaugurado em 1876, e na época denominado Museu de Curitiba, era uma instituição particular, tendo como seus primeiros diretores Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici (Fernandes, 1936).

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

Inicialmente foram reunidos materiais que participaram de exposições internacionais e representavam aspectos diferenciados do Paraná, sendo o acervo bastante diversificado, e a incorporação de objetos arqueológicos e indígenas acontecia através de doações esporádicas por intelectuais, empresários e populares, que encontravam esses vestígios em áreas de plantações agrícolas, na abertura de estradas e ruas, na construção e reforma de edificações, e mesmo, comprados ou trocados com índios. Em 1882, o Museu passa a pertencer à Província do Paraná com o nome de Museu Paranaense, e tem o seu regulamento aprovado (Carneiro, 2001).

Romário Martins, diretor do Museu Paranaense entre 1902 e 1926, freqüentemente recebia a visita de indígenas na instituição, recebendo materiais e entrevistando alguns indivíduos Jê e Guarani, e publicou diversos artigos sobre os objetos do Museu e os diferentes grupos étnicos no Paraná.

Em 1936, com a nomeação do médico e antropólogo Loureiro Fernandes como diretor do Museu Paranaense houve alterações no tratamento do acervo, através da criação de departamentos técnicos com novos pesquisadores. A partir de 1938 aconteceu uma significativa ampliação das coleções etnográficas e arqueológicas através do financiamento de pesquisas em várias áreas do litoral e interior do Paraná, inclusive em parceria com a Universidade do Paraná (Menezes, 1967). Loureiro Fernandes buscou incessantemente o aumento do acervo do museu, inclusive através da aquisição coleções particulares, como exemplos a de Telêmaco Borba e a do fotógrafo José Ruhland, de Florianópolis, gerente da Sociedade Livonius, de Blumenau, sendo a última adquirida em 1941. Também houve o fomento a pesquisas etnográficas, como as de Wanda Hanke, entre outros.

O Museu Paranaense, entre 1950 e 1965, recebia parte do material arqueológico recuperados em atividades de campo de vários cursos intensivos realizados no Paraná, com arqueólogos brasileiros e estrangeiros. O acervo do Museu Paranaense foi dividido com a criação de várias instituições no século XX, como por exemplo, em 1963, na fundação do Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade do Paraná, em Paranaguá, quando parte do acervo arqueológico e etnológico foi repassado a esse novo museu.

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

Entre 1966 e 1986, houve a incorporação de vestígios recuperados em áreas que sofriam o impacto de novas fronteiras agrícolas e de pastagem, em locais mais isoladas do Paraná, além de doações esporádicas (Parellada, 2006).

Desde 1987, o Museu Paranaense vem realizando vários projetos arqueológicos, que propiciaram a entrada de um maior número de profissionais especializados, com a conseqüente ampliação dos estudos multidisciplinares. Em 1990, o acervo esquelético humano praticamente dobrou, em número e volume, com a doação de vestígios recuperados pelo arqueólogo José Wilson Rauth, em sambaquis do litoral paranaense.

Entre 1990 e 2009 foram desenvolvidos vários projetos, do departamento de arqueologia do Museu Paranaense, com ampla temática: geoarqueologia, resgate, sensoriamento remoto, arqueologia da paisagem, arte rupestre, arqueologia histórica, tecnologia cerâmica e lítica, etnoarqueologia, arqueologia experimental, antropologia visual, arte e artesanato indígena e educação patrimonial.

Alguns museus e centros culturais foram criados no interior do Paraná com parte do acervo arqueológico emprestado, através de termos legais, do Museu Paranaense, como, em 1990, o Museu do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, em Fênix, Paraná, em 1994, o Centro Cultural de Cidade Gaúcha, em município do oeste paranaense, no baixo rio Ivaí, e, em 1999, o Museu Regional do Iguaçu, junto à Usina Hidrelétrica de Segredo, no médio rio Iguaçu, em Reserva do Iguaçu (Parellada 1997, 2006; Bruno, 1999).

Em 2005 foi adquirido pelo Governo do Estado do Paraná a coleção do Museu David Carneiro, que resultou na entrada de muitos objetos históricos e documentos impressos, e logo em 2006 é recebido parte do acervo do antigo Banco do Estado do Paraná (Banestado), que havia sido privatizado em anos anteriores.

NOVAS ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS E ETNOGRÁFICAS DO MUSEU PARANAENSE A PARTIR DE 1990

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

Desde 1990 houve a preocupação em selecionar estratégias diferenciadas para gerenciar as coleções arqueológicas do Museu Paranaense, além de planejar a organização das diferentes tipologias do acervo arqueológico nas reservas técnicas.

A informatização de aproximadamente 2700 coleções arqueológicas, que em setembro de 2009 incluíam 310.000 peças, foi realizada a partir do sistema de banco de dados Access. O início da informatização foi iniciado em 1995, através da chegada de equipamentos e software compatíveis com a implantação de um novo sistema de gerenciamento das coleções arqueológicas, e o trabalho foi aprimorado ao longo do tempo.

Esse banco de dados constitui um conjunto de tabelas relacionadas, sendo que na principal existem os seguintes campos: número da coleção, sítio arqueológico, município, estado, projeto, descrição sintética dos materiais, classificação, locais de coleta, nível, data da coleta, data da doação, coletores e/ ou doadores, referências bibliográficas, indexação das caixas, localização na reserva técnica, e observações. A partir desta tabela principal são emitidos formulários e relatórios, impressos em razão de projetos em execução no Museu Paranaense, ou mesmo, para esclarecer questões relativas ao acervo (Parellada, 2006).

O banco de dados do acervo etnológico, com cerca de 3.000 peças, constitui um conjunto de tabelas, sendo que na principal foram definidos os campos: número da coleção, etnia, localidade, município, estado, termos e categorias segundo o Thesouro da Funai (Motta & Oliveira, 2006), descrição sintética dos materiais, descrição e histórico da peça, estado de conservação, intervenções e/ ou restauro, dimensões, forma de aquisição, data de coleta e/ ou doação, coletores e/ou doadores, referências bibliográficas, indexação das caixas e posicionamento do acervo (Parellada, 2008).

O novo posicionamento dos materiais dentro das reservas técnicas climatizadas foi estudado, tentando-se adequar aos novos espaços as diferentes características físico-químicas de cada tipologia do acervo arqueológico do Museu Paranaense, segundo Loredo (1994). A maior parte dos vestígios arqueológicos é material cerâmico e lítico, compreendendo quase 80% do total do acervo, sendo que ainda existem materiais ósseos humanos,

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

de animais e malacológicos, além de amostras paleontológicas, sedimentológicas e geológicas, bem como moldes em gesso e silicone de antropóides e hominídeos.

Os materiais abrangem um período de tempo que vai desde cerca de dez mil anos atrás, relacionados a grupos caçadores-coletores, até materiais recuperados em ruínas de construções do século XIX, em áreas onde foram desenvolvidas pesquisas arqueológicas. Estão separados por matéria-prima, higienizados, numerados individualmente, organizados em caixas de plástico com estrutura alveolar, a maioria transparente, porém algumas são de cores cinza, azul e amarela, etiquetadas segundo a ordem de numeração das coleções, e protegidas com papel de pH neutro. As embalagens tem dimensões padronizadas de 35x 24,4x 13cm, sendo que em situações ocasionais foi necessário ampliar a altura das caixas para a inserção de materiais com tamanhos que ultrapassavam os limites da embalagem padrão. O etphoan é usado como base para acomodar e prevenir deslocamentos de materiais cerâmicos e líticos.

As caixas estão organizadas em estantes de aço, com mezanino, algumas esmaltadas e outras com pintura em epoxi-pó, a mais recomendada para o uso neste caso, sendo todas as áreas da reserva técnica sinalizadas e indexadas na tabela principal de listagem de coleções (Bell, 1993).

Desde dezembro de 2002, com a construção da nova sede do Museu Paranaense, bem como a instalação de equipamentos de ar-condicionado e desumidificadores, o acervo arqueológico está armazenado em reservas técnicas climatizadas. A temperatura de 21° C e a umidade de 60%, constantes, através do sistema de refrigeração, e o controle de infestações, vem ajudando na conservação dos materiais orgânicos e inorgânicos resgatados em campo. Os materiais ósseos tem uma temperatura um pouco menor, de 19° C.

Alguns serviços são oferecidos pelo site www.museuparanaense.pr.gov.br, tais como o acesso a artigos, publicações e textos informativos, além da atualização de notícias sobre projetos desenvolvidos no Museu em parceria com diferentes instituições, e visitas virtuais às exposições de curta e longa duração ao Museu Paranaense e ao

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

Museu do Parque Histórico do Mate. No futuro, sínteses da documentação sobre todo o acervo deverá estar disponível em site do Museu Paranaense, tornando possível o acesso digital a maioria das peças do acervo. Ações de educação patrimonial como cursos e oficinas direcionadas aos alunos de escolas, como os descritos em Horta et al. (1999) também estão relacionados.

MUSEU DO PARQUE VILA RICA DO ESPÍRITO SANTO: EXPERIÊNCIA MUSEAL EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

O Museu do Parque Estadual constituiu uma excelente forma de aproximação da comunidade com o patrimônio natural, histórico e arqueológico da região. Pois nele estão condensadas informações básicas sobre a ocupação histórica da região, enfocando principalmente a cidade colonial espanhola de Villa Rica de Espiritu Santo, além de dados sobre o meio-ambiente. Certamente muitas pessoas coletaram objetos das ruínas, os quais atualmente se encontram espalhados em todo o Estado do Paraná, e até em outros locais do Brasil e exterior. Alguns chegaram a guardar as peças, mas muitos destes vestígios acabaram sendo perdidos com o tempo.

Os materiais que foram retirados através de pesquisas arqueológicas do Museu Paranaense, algumas vezes com participação de pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, em 1959, 1960, 1961, 1968, e de 1984 a 1995, fazem parte do acervo daquela instituição de pesquisa. Com um volume muito grande de material no Museu Paranaense, e uma significativa parte em posse de ex-moradores e cidadãos de Fênix, além da disponibilidade de espaço físico, veio a idéia da montagem de um museu dentro do próprio parque (Parellada, 1993). Assim, em 15 de novembro de 1990, foi inaugurado o Museu do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, sendo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP-PR) o órgão responsável pela infraestrutura, e o Departamento de Arqueologia do Museu Paranaense pelo planejamento, organização e seleção de acervo do referido Museu.

O critério de seleção de acervo da exposição permanente foi baseado na adequação do tipo de material/objeto, que o visitante entrará em contato no próprio parque. Assim, como o parque abriga ruínas de uma cidade

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

espanhola do final do século XVI, e uma mata típica da floresta pluvial tropical, com sua fauna característica, procurou-se abranger tanto a história natural como, principalmente, a arqueologia pré-colonial e histórica, dando enfoque especial a cidade de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632).

Dentro da exposição do museu de Villa Rica, com área de 108m², foram usadas dez vitrines, de madeira, vidro e acrílico, além de nove painéis de acrílico (140x 100cm); as vitrines são de quatro tamanhos: 100x 100x 60cm, 140x 80x 110cm, 60x 60x 120cm, e 60x 80x 110cm. Maiores detalhes podem ser observados em Parellada (1997).

A exposição vem sendo revitalizada periodicamente, sendo que o Parque e o Museu estão abertos ao público de quarta a domingo, sendo que de quarta a sexta-feira para grupos organizados, como escolas e associações ambientais, agendando a visita no IAP de Campo Mourão, Paraná, ou no próprio Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo.

Desta forma, pretendeu-se através de estratégias de sensibilização da população local e dos visitantes que percorrem a área, a introdução de novos conhecimentos e informações que possibilitem que as pessoas que lá vivem e a maioria dos visitantes transformem-se em agentes de fiscalização e proteção do patrimônio natural, histórico e arqueológico.

Estas estratégias estão sendo, além da exposição de longa duração do Museu do Parque e do audiovisual, a realização de palestras sobre preservação de patrimônio histórico nas escolas públicas e a divulgação em jornais e revistas. A "curiosidade" das crianças tem que ser despertada, através de atividades complementares, como visitas monitoradas a exposições, ou através de jogos didáticos. Afinal, o resgate da memória local seria um passo importante na formação da cidadania.

Com a implantação desse museu no Parque de Vila Rica, e as outras estratégias de envolvimento da comunidade, grande parte de moradores de Fênix perceberam a proximidade dos estudos arqueológicos realizados, e acabam sempre informando aos arqueólogos onde estão aflorando ou sendo encontrados vestígios arqueológicos na região.

Ainda podem ser planejados roteiros de turismo cultural, utilizando sítios históricos e arqueológicos dentro de programações estruturadas, que

podem colaborar na conservação desses bens, evitando a destruição de patrimônio arqueológico, pela falta de informação, vandalismo e atividades econômicas predatórias.

Seria uma maneira de fomentar empregos e criar alternativas para complementação de renda da população local, pois existe um rico patrimônio cultural a ser divulgado, e onde os saberes tradicionais, como a culinária, a música, a dança e o artesanato, também poderim contribuir para criar novos roteiros turísticos (Parellada, 2006).

A formação de guias turísticos e de monitores de museus, especialistas em meio-ambiente e patrimônio histórico e arqueológico, poderia ajudar no resgate da cidadania e da melhoria da qualidade de vida de vários municípios brasileiros.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Os trabalhos de educação patrimonial em parceria com diferentes instituições, como o Programa de Voluntariado do Paraná (Provopar – Ação Social) e as Secretarias de Estado da Cultura, da Educação e de Assuntos Estratégicos do Paraná, permitiram a publicação de livro didático para as escolas públicas estaduais (Parellada et al., 2006) e a adoção de estratégias que buscam a melhoria de qualidade de vida de populações indígenas no Paraná; essas são linhas de pesquisa que devem receber maior investimento de tempo e recursos no departamento de arqueologia do Museu Paranaense.

O desenvolvimento de novos projetos em arqueologia de resgate, multidisciplinares, com a participação de profissionais de áreas correlatas à arqueologia, como paleontólogos, biólogos, botânicos, geólogos, geomorfólogos, entre tantos outros, que possibilitem uma melhor visualização do mosaico ambiental que os sítios arqueológicos e históricos estavam e estão inseridos. Assim, poderão ser planejadas estratégias mais consistentes e funcionais de gerenciamento e conservação dos sítios e objetos arqueológicos e históricos estudados em áreas impactadas e/ ou sob análise do Museu Paranaense.

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

A ampliação da revisão de materiais e documentos existentes no acervo do Museu Paranaense também contribuirá para uma melhor compreensão da ocupação humana em território paranaense. A formação e/ ou contratação de maior número de pesquisadores também são fundamentais para um futuro promissor das pesquisas do Museu Paranaense.

Com o surgimento de um maior número de museus ou áreas de exposição, objetos de acervos de antigos museus poderão ser parcial a totalmente repassados, desde que existam garantias em relação a conservação e a segurança das coleções. Cada nova instituição museológica deverá seguir a cadeia operatória enfatizando aspectos como planejamento, arquitetura, conservação, documentação, segurança, expografia, ação educativo-cultural e avaliação. Além disso, deve ser proposto o plano diretor museológico, especificando as finalidades, etapas de elaboração, processo de implementação, e inserção do plano em redes e sistemas, como os detalhados em Bruno (1999).

Além disso, devem ser implementadas diferentes estratégias de envolvimento da população com o patrimônio arqueológico e histórico, a partir da elaboração de um plano de gestão patrimonial, com a criação de novas unidades de conservação e o fomento à produção e comercialização de produtos tradicionais, que trará possibilidades da geração de novos empregos. Isto acontecerá através da qualificação de pessoas da comunidade local, como monitores de educação patrimonial, tanto em visitas em áreas a céu aberto como em áreas de exposição, bem como por investimentos públicos, em parceria com empresas privadas, em sistemas que melhorem o fluxo de produção e comércio derivados dos saberes da região, e aumentem a renda familiar.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A.A. (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

**II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS:
Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.**

BELL, Jan. Gerenciamento e proteção de coleções arqueológicas. *Anais do II Workshop de Métodos Arqueológicos e Gerenciamento de Bens Culturais*. IBPC, Florianópolis-SC, p.231-240, 1993.

BRUNO, Maria Cristina O. A importância dos processos museológicos para a preservação do patrimônio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, supl., São Paulo, n.3, p.333-337, 1999.

CARNEIRO, Cinthia M.S.B. *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná, 1902 a 1928*. Dissert. Mestrado em História, UFPR, Curitiba, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: DPH. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, p.37-46, 1992.

CUNHA, Maria Clementina P. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária.: In: DPH. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, p.25-28, 1992.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.17-37, 1986.

FERNANDES, José Loureiro. *Museu Paranaense: resenha histórica, 1876-1936*. Curitiba: Museu Paranaense, 1936.

FUNARI, Pedro P.A. & PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HODDER, Ian. *Interpretación en arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Edit.Crítica, 1988.

HORTA, Maria L.P.; GRUNBERG, E. & MONTEIRO, Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN- Museu Imperial, 1999.

ICOMOS. International charter for archaeological heritage management. *Charters*. Paris: UNESCO, 1990.

KERSTEN, Márcia S. A. *Os rituais do tombamento e a escrita da história*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LOREDO, W.M. 1994. *Manual de conservação em arqueologia de campo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural.

**II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS:
Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.**

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89-103, 1998.

MENEZES, Maria José. A arqueologia pré-histórica do Paraná (história). *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, n.9, p.56-105, 1967.

MOTTA, D.F.& OLIVEIRA, L. *Tesouro de cultura material dos índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Funai/ Museu do Índio, 2006.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: DPH. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, p.25-28, 1992.

PARELLADA, Claudia Inês. Villa Rica del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná. *Arquivos do Museu Paranaense, nova série arqueologia*, n.8, 58 p., 1993.

PARELLADA, Claudia Inês. Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632)/ Fênix-PR. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, USP, n.5, p.51-61. 1995.

PARELLADA, Claudia Inês. *Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/ Fênix- PR*. Dissert. Mestrado em Antropologia Social, UFPR: Curitiba, 210p., 1997.

PARELLADA, Claudia Inês. *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná*. Tese Doutorado em Arqueologia, USP, São Paulo, 271p., 2006.

PARELLADA, Claudia Inês. Estética indígena Jê no Paraná: tradição e mudança no acervo do Museu Paranaense. *Revista científica da FAP*, UFPR: Curitiba, v.3, p.215-232, 2008

PARELLADA, Claudia Inês et al. *Vida indígena no Paraná: memória, presença, horizontes*. Curitiba: Provopar Ação Social, 2006.

PREUCCEL, R.W. & HODDER, Ian (ed). *Contemporary archaeology in theory: a reader*. Oxford, 1996.